



Periferia Mestiça? Mulheres Negras na Autoconstrução concebida enquanto Habitação Pública à Distância

¿Periferia mestiza? Mujeres negras en la autoconstrucción concebida como vivienda social a distancia

Simpósio E5_04 – Vivenda Social Moderna y Mestizaje em América Latina

Clarianne Braga Borges

Universidade de Coimbra, Portugal e Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

clariannebraga@hotmail.com

Tiago Castela

Universidade de Coimbra, Portugal

tcastela@uc.pt

Resumo: Este artigo propõe o conceito de habitação pública à distância como categoria analítica para compreender a reconfiguração contemporânea da política habitacional no Brasil. Sustenta-se que, nas últimas décadas, o Estado não se retirou do campo da moradia; ao contrário, redefiniu sua presença, deslocando-se da provisão direta para regimes de governo mediados por normas, dispositivos técnicos, parcerias institucionais, e narrativas de autonomia. Nesse arranjo, a autoconstrução deixa de ser uma suposta resposta à ausência estatal e passa a constituir eixo estruturante de um modelo no qual a responsabilidade material pela produção do habitar é transferida às pessoas cidadãs das periferias, sob enquadramentos administrativos, financeiros, e discursivos definidos à distância. O artigo articula aportes dos estudos urbanos críticos, da teoria da governamentalidade, da crítica feminista, e dos debates pós-coloniais para explorar como gênero, raça, e domesticidade atravessam esse regime. Ao discutir o projeto da mestiçagem, contrastamos a assimilação lusotropicalista com a aprendizagem mútua e consensual do “jardim crioulo” de Glissant; explorando neste quadro a iniciativa Arquitetura na Periferia de Belo Horizonte como experiência situada de ativismo arquitetônico na interface entre técnica, cuidado, mediação institucional, e autoconstrução feminina. Sugere-se que o AnP produz ganhos concretos de autonomia e autoria espacial, ao mesmo tempo em que explicita a ambivalência do ativismo arquitetônico. Conclui-se que a habitação pública à distância expressa uma forma específica de presença governamental, cujos efeitos incidem desigualmente sobre corpos, territórios, e práticas de habitar.

Palavras-chave: arquitetura; autoconstrução; habitação pública; mestiçagem; Brasil

Resumen: *Este artículo propone el concepto de vivienda social a distancia como categoría analítica para comprender la reconfiguración contemporánea de las políticas de vivienda en Brasil. Argumenta que, en las últimas décadas, el Estado no se ha retirado del ámbito de la vivienda; por el contrario, ha redefinido su presencia, pasando de la provisión directa a regímenes de gobernanza mediados por normas, dispositivos técnicos, alianzas institucionales, y narrativas de autonomía. En este contexto, la autoconstrucción deja de ser una supuesta respuesta a la ausencia del Estado y se convierte en el eje estructurante de un modelo en el que la responsabilidad material de la producción de vivienda se transfiere a los ciudadanos de las periferias, bajo marcos administrativos, financieros, y discursivos definidos a distancia. El artículo articula contribuciones de los estudios urbanos críticos, la teoría de la gubernamentalidad, la crítica feminista, y los debates poscoloniales para explorar cómo el género, la raza, y la domesticidad atraviesan este régimen. Al analizar el proyecto de mestizaje, contrastamos la asimilación lusotropicalista con el aprendizaje mutuo y consensual del "jardín criollo" de Glissant. Este estudio explora la iniciativa Arquitectura en la Periferia en Belo Horizonte como una experiencia situada de activismo arquitectónico en la intersección entre la técnica, el cuidado, la mediación institucional, y la autoconstrucción femenina. Sugiere que la AnP produce avances concretos en autonomía y autoría espacial, a la vez que destaca la ambivalencia del activismo arquitectónico. Concluye que la vivienda social a distancia expresa una forma específica de presencia gubernamental, cuyos efectos recaen de forma desigual sobre los cuerpos, los territorios, y las prácticas de habitar.*

Palabras-clave: *arquitectura; autoconstrucción; vivienda social; mestizaje; Brasil.*

Introdução: A Autoconstrução enquanto Habitação Pública à Distância entre o Legado do Lusotropicalismo e o “Jardim Crioulo”

Com base na literatura existente sobre a modernidade habitacional no Brasil, sendo aqui a modernidade entendida enquanto experiência vivida da modernização, e seguindo a perspectiva literária de Berman (1982), poderemos afirmar — a partir do campo disciplinar da arquitetura — que a modernidade habitacional no Brasil se foi consolidando sob os efeitos de um processo de universalização estética que associava a ideia de progresso a uma racionalidade tecnocrática. Este processo acabou por estar associado ao reforço da divisão desigual da habitação, entre o modernismo das classes mais privilegiadas e a informalidade das periferias; sendo estas últimas governadas “à distância” pelo aparelho estatal, tal como a arquitetura e a antropologia vêm há muito demonstrando (Perlman, 1976; Bonduki, 1983; Holston, 1989; Caldeira, 2000). Esta transformação intensificou-se após a divisão planetária de 1945, tendo os Estados Unidos da América difundido e fomentado através da política de desenvolvimento das Nações Unidas a massificação da propriedade habitacional urbana, inclusive no Brasil, principalmente a partir dos anos 60 com a criação da “Aliança para o Progresso” por Kennedy (Kwak, 2018, p. 138). Este processo de massificação é resultado de uma política habitacional dual e anti-comunista articulada pelo aparelho estatal brasileiro (Valença, 1999; Castela, 2019); caracterizada por escassa habitação pública, mas sendo esta última de grande importância na história da arquitetura brasileira (Bonduki, 1984; Nascimento, 2007).

No Brasil, tal como em outras regiões planetárias, este momento de desenvolvimento vai intersectar-se com uma longa história colonial, caracterizada pela escravização das pessoas de origem ou descendência africana, e desigualdade após 1888; existindo até hoje persistências desta história no ambiente construído e no espaço social. Como o direito crítico nos ensina, o próprio conceito de propriedade de origem europeia difundido no pós-guerra pelas várias agências das Nações Unidas estudadas por Kwak tem uma proveniência colonial e racista (Bhandar, 2018). Por outro lado, na antropologia Holston já examinou a formação contingente e situada da relação entre propriedade e ordem política na colonização do Brasil (2008). A questão de como a divisão desigual da habitação no Brasil se relaciona com a diferença racial tem começado também a ser explorada na mesma disciplina, tendo o Amparo Alves analisado recentemente a cidade de São Paulo enquanto cidade “anti-negra” (Alves, 2018).

Neste quadro, este texto de investigação arquitetônica pretende contribuir para o debate sobre habitação pública e o projeto de mestiçagem no Brasil, retomando e desenvolvendo um argumento há muito proposto pelo arquiteto Nabil Bonduki: a ideia de que as periferias informalmente criadas foram e são no Brasil uma forma de habitação pública. Tal como em Portugal durante a ditadura de Salazar, na ditadura de Vargas (1930-1945) a questão de como alojar as pessoas cidadãos de baixa remuneração foi discursivamente trazida para o centro da visão para uma nova ordem política autoritária. Como a antropóloga Teresa Caldeira notou na sua etnografia da segregação espacial em São Paulo,

“o recém-criado Ministério do Trabalho defendeu a criação de oportunidades para as classes urbanas adquirirem a casa própria. Assim como os industriais, os representantes do Ministério do Trabalho estavam interessados em cortar despesas com aluguel e disseminar o valor da casa própria, que consideravam uma das bases da estabilidade social” (2000, p. 217).

Neste quadro, como Bonduki já havia afirmado em meados dos anos 90, na conclusão do seu artigo “Origens da habitação social no Brasil”:

“Na periferia, como na favela, a concepção de habitação social também esteve presente. Não como uma ação positiva, mas como uma desculpa, que justificava a aceitação de qualquer tipo de

assentamento habitacional, por mais precário e insalubre que fosse, pois era a única maneira de enfrentar de fato a ausência de moradias” (Bonduki, 1984, p. 730; ênfase adicionada).

Inspirados pela ideia de Ong e Zhang de uma “estratégia de governo à distância”, na sua etnografia do pós-socialismo chinês (2008, p. 4; tradução pelos autores), defendemos a ideia da *habitação pública à distância* como forma de desenvolver o desafio de Bonduki.

Não se trata apenas aqui da ideia já defendida por Roy de compreender a informalidade urbana como um “domínio da regulação” através da extra-legalidade, e a “informalização” enquanto “técnica de disciplina e poder” do aparelho estatal (2004, p. 159). Tal como um de nós já abordou no passado, os aparelhos estatais não se limitam a tolerar a autoconstrução em condições de informalidade, no quadro de uma política de massificação da propriedade, tal como não se limitam a manter as pessoas que habitam em condições de informalidade num “estado de expectativa”; para além disso, o espaço-tempo social da informalidade tem um efeito produtivo no quadro legal da construção e do planeamento urbano, e na cultura profissional da arquitetura. Simultaneamente, o ambiente construído da informalidade habitacional é parcialmente planeado pelo estado (Castela, 2011). Na tese de doutorado em curso de uma de nós, o enfoque é na relação produtiva entre arquitetas oriundas principalmente de uma universidade pública, a Universidade Federal de Minas Gerais, tendencialmente descendentes de pessoas europeias, e mulheres de bairros autoconstruídos de Belo Horizonte, tendencialmente descendentes de pessoas africanas, através do projeto “Arquitetura na Periferia”¹. Neste artigo em particular, o nosso enfoque é em refletir sobre o projeto “Arquitetura na Periferia” como parte de um regime de intervenção pública na habitação, e especificamente sobre o modo como este tipo de projetos se posiciona em relação ao legado da mestiçagem no Brasil. Iremos especificamente contrapor a conhecida ideia de lusotropicalismo de Gilberto Freyre com a ideia de um “jardim crioulo” de Glissant, filósofo francês da ilha caribenha de Martinik.

Como um de nós já abordou no passado, Freyre recuperou ideias de iluministas luso-brasileiros como Teresa Orta em *Aventuras de Diófanos* ou José de Azeredo Coutinho no seu *Ensaio Económico*, os quais defendiam respectivamente a ideia de mudança trazida exclusivamente pelo viajante soberano num espaço pastoral, e a necessidade de transformar os sujeitos vivendo ainda na “Natureza” no Brasil em sujeitos portugueses (Castela, 2010, p. 91). Para Freyre, o império era como um “jardim onde o paciente trabalho do colonizador iria permitir a lenta unificação da diversidade” (Ibid., p. 77); baseando-se numa concepção da nacionalidade brasileira enquanto “produto híbrido da ‘miscigenação racial’” (Ibid., p. 81). Já na “poética da relação” proposta por Glissant, e em particular no conceito de “creolização”, como Louis Henderson notou,

“elementos heterógeneos podem aproximar-se e trocar qualidades sem um ceder ao outro - é um processo mútuo de devir, criado por uma intensa proximidade, que permite à diferença ficar intacta enquanto encoraja um tipo de troca como mudança” (Henderson, 2017, p. 38; tradução dos autores).

Para Glissant, o “jardim crioulo” é assim um espaço concreto onde plantas “desenvolvem-se num outro tipo de ser que incorpora a relação de um outro com os seus semelhantes” (Ibid., p. 43). Acreditamos que uma etnografia espacial do projeto “Arquitetura na Periferia” enquanto intervenção pública na autoconstrução habitacional mostra não só como o legado do

¹ Este artigo apresenta resultados preliminares de uma tese de doutorado em Arquitetura em curso na Universidade de Coimbra, Portugal, em regime de cotutela com a Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, e com o apoio de Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal com a referência [2025.06834.BD](#). A tese intitula-se *Centrando a Ação de Mulheres: Uma Etnografia Espacial do Projeto “Arquitetura na Periferia” em Belo Horizonte*. Agradecemos a Flávia do Nascimento Brito e Felipe Hernández, as pessoas coordenadoras do simpósio, pelos comentários generosos e pelas sugestões construtivas.

lusotropicalismo espacial se reproduz no Brasil contemporâneo, mas também como o projeto sugere um horizonte para si próprio enquanto “jardim crioulo” de aprendizagem e transformação mútua e consensual.

Ao investigarmos o projeto “Arquitetura na Periferia”, busca-se compreender como mulheres negras, majoritariamente chefes de família, produzem moradia por meio de práticas de autoconstrução acompanhadas por assessoria técnica, em um cenário marcado pela redefinição do papel do estado na política habitacional. O projeto tem origem em uma pesquisa acadêmica desenvolvida no âmbito da universidade pública e, embora siga trajetória autônoma, mantém diálogo contínuo com instâncias estatais, por meio de parcerias, editais e cooperações institucionais, ao mesmo tempo em que atua diretamente junto a territórios periféricos. Essa posição relacional — simultaneamente vinculada à estrutura estatal e enraizada no cotidiano urbano — confere ao Arquitetura na Periferia especial relevância analítica para compreender formas contemporâneas de produção da habitação.

A análise desenvolvida neste artigo apoia-se nos materiais produzidos pelo próprio projeto, na participação da primeira autora em atividades promovidas pela organização, assim como uma entrevista realizada com uma de suas gerentes. Tais elementos permitem observar como o Arquitetura na Periferia opera como interface entre políticas públicas, saber técnico, e práticas cotidianas de produção do espaço. Mais do que examinar resultados formais ou soluções arquitetônicas específicas, o interesse reside em compreender o que essas práticas revelam sobre os modos contemporâneos de governo da moradia e sobre as formas pelas quais gênero, raça e território atravessam a produção do habitar.

Assim, o artigo organiza-se em quatro movimentos articulados. O primeiro discute como gênero e mestiçagem estruturam criticamente a arquitetura moderna e a produção do espaço urbano no Brasil. Em seguida, desenvolve-se o conceito de habitação social à distância como chave analítica para interpretar a reconfiguração da política habitacional contemporânea. O terceiro movimento examina o debate sobre autoconstrução e ativismo arquitetônico, situando suas ambivalências no marco do Estado gestor. Por fim, analisa-se o projeto Arquitetura na Periferia como experiência empírica que permite observar, em escala localizada, as tensões, mediações e efeitos desse arranjo, evidenciando como as periferias produzem habitação, teoria e forma urbana em um cenário de presença estatal mediada.

Gênero, mestiçagem, colonialismo, e crítica à arquitetura moderna

De proveniência europeia e difundido por redes coloniais, institucionais e acadêmicas, o modernismo consolidou-se como linguagem disciplinar que tende a naturalizar a distinção entre “técnico” e “popular”. Essa distinção é normativa: institui hierarquias discursivas que frequentemente se articulam com a produção do espaço nas cidades sul-americanas e a delimitação de quem projeta, quem constrói, e quem habita; na arquitetura em particular, reaparece como separação entre projeto e uso, autor e morador, forma e cotidiano, com efeitos potenciais intensificados por desigualdades raciais, de gênero, e de classe. As críticas feministas na arquitetura exploraram como se confinaram mulheres ao doméstico e à reprodução social (Hayden, 1997); ou como a discriminação segundo tal diferença pode ser implícita, tomando-se o masculino como norma espacial (Weisman, 2000). Na América do Sul, tais processos associam-se às assimetrias raciais e coloniais do urbanismo. O elogio da mestiçagem, desde Freyre e outros, foi desenvolvido pelos aparelhos estatais como promessa de conciliação ao deslocar desigualdades coloniais para o registro cultural, procurando neutralizar as fricções raciais (Munanga, 2004). Naturalizou-se a coexistência entre formas modernistas e informalmente criadas, tornando a desigualdade legível como paisagem identitária; por vezes, a periferia é celebrada como criatividade híbrida, embora subordinada a regimes externos de decisão e validação (Hernández, 2010). No Brasil, esse arranjo sustenta um paradoxo: proclama-se cidadania e progresso, enquanto a produção material da moradia é deslocada para a

autoconstrução, frequentemente sustentada por famílias de baixa renda e por mulheres negras responsáveis pelo domicílio (Maricato, 2003 e 2011; Rolnik, 2019).

Esta história implica cautela quanto às mediações técnicas: mesmo orientadas por um discurso de justiça social, podem reproduzir assimetrias, inclusive através de um conceito de “ajuda” que coloca o especialista no centro da validação (hooks 1992). Assim, a autoconstrução, especialmente quando conduzida por mulheres, emerge como prática situada de produção de espaço e autoridade, sem romantização, pois se desenvolve sob condições de desigualdade (Maricato, 2011; Rolnik, 2019). Por isso, o tópico seguinte desloca o argumento ao plano político, examinando a produção da moradia sob um regime de delegação e distância — a anteriormente referida habitação pública à distância.

Habitação pública à distância: governo, mediação, e deslocamento da provisão

Nas últimas décadas, a política habitacional brasileira foi reconfigurada por uma mudança no modo de presença do Estado na produção da moradia. Embora o investimento direto tenha oscilado — com retração mais evidente entre 2019 e 2022 e descontinuidade de programas como o Minha Casa, Minha Vida —, o núcleo da transformação não é apenas orçamentário (Borges e Gonçalves, 2024). O Estado desloca-se de agente construtor para instância reguladora, gestora, e legitimadora, transferindo o eixo da política da “obra” para o “governo” (McFarlane, 2011; entre outros). Essa inflexão marca a passagem de uma provisão centralizada para uma racionalidade de governo de mediação: ampliam-se funções administrativas, normativas, e discursivas, enquanto a execução material é externalizada a arranjos híbridos que mobilizam famílias, coletivos, organizações civis, universidades, e assessorias técnicas, via editais, convênios e parcerias. Não se trata de “vazio de Estado”, mas de reposicionamento estratégico: governa-se por instrumentos indiretos e coordenação à distância, preservando autoridade sem coincidir com a implementação. No debate internacional, esse deslocamento é descrito como governo à distância, isto é, uma racionalidade que opera por intermediações técnicas e deslocamentos de responsabilidade; a antropologia tem enfatizado que esses regimes modulam direitos por critérios territoriais e administrativos, produzindo cidadanias diferenciadas (Ong e Zhang, 2008). A autoridade estatal rearticula-se em redes instáveis de atores e práticas, descentralizando funções sem dissolver o controle (McFarlane, 2011). É nesse quadro que este texto propõe o conceito de habitação pública à distância: forma de governo em que o Estado permanece normativa, administrativa, e simbolicamente presente, mas se afasta parcialmente da produção material da habitação, exercendo poder por regulação, autorização e enquadramento. Esse regime opera em quatro planos: administrativo (redes, editais e convênios), normativo (dispositivos que reconhecem direitos, mas os condicionam), financeiro (repasses e subsídios condicionados que transferem riscos) e discursivo (narrativas de participação e autonomia que podem legitimar a retração material); tal como a literatura sobre as técnicas neoliberais de governo há muito examinam (Rose and Miller, 1992; entre outros), em particular nos estudos do planejamento urbano (Roy, 2005; Miraftab, 2009; entre outros).

A articulação desses planos indica que o Estado não se retira da moradia: transforma sua atuação, mantendo regulação e coordenação enquanto transfere execução e riscos aos sujeitos governados, produzindo redistribuição assimétrica de responsabilidades. Nesse contexto, a autoconstrução emerge como prática central do próprio regime, articulando trabalho cotidiano, mediações institucionais e saberes técnicos, e condensando a ambivalência da habitação pública à distância — entre agência e delegação, criação e responsabilização —, o que prepara o terreno para o tópico seguinte.

Autoconstrução e ativismo arquitetônico: entre autonomia e governo

O debate sobre a autoconstrução é central na história da habitação popular porque explicita reconfigurações na relação entre Estado, técnica e sociedade. Sua atualidade decorre de condensar tensões próprias da habitação pública à distância — autonomia popular, mediação técnica e

delegação de responsabilidades —, revelando saberes situados e, simultaneamente, arranjos institucionais que redistribuem encargos e reorientam a ação estatal.

Turner foi decisivo ao definir a moradia como processo, guiado pelas temporalidades e decisões dos moradores. Contra a provisão centralizada, sustentou que a construção conduzida pelos usuários tende a gerar soluções mais ajustadas ao cotidiano por se ancorar em racionalidades práticas e incrementais (Turner, 1972). A trajetória posterior expôs, porém, uma ambiguidade: a valorização da autonomia pode legitimar o recuo estatal da provisão direta. Em De Soto, a informalidade é reinterpretada como problema de titulação e a moradia autoconstruída é convertida em ativo econômico, deslocando o direito à moradia para crédito, formalização e endividamento (De Soto, 2000). A passagem de Turner a De Soto sinaliza uma inflexão na apropriação institucional da autoconstrução. Em contexto de retração do investimento público direto, autoajuda, mutirões assistidos, e assessorias técnicas operam como gestão da escassez sob a gramática da participação, muitas vezes como compensação simbólica para a ausência material do Estado (Maricato, 2011; Rolnik, 2019). Assim, a literatura existente sugere que a autoconstrução pode assumir um duplo estatuto: pode ampliar capacidades no cotidiano do habitar, mas também integrar um regime que transfere aos sujeitos a responsabilidade pela produção da cidade, mantendo sob controle normativo, financeiro, e discursivo os limites dessa autonomia — tornando-se pilar da habitação pública à distância. É nesse entrelugar que emerge o ativismo arquitetônico: iniciativas nas bordas do Estado traduzem demandas em linguagens técnicas e institucionais, podendo ampliar agência e, ao mesmo tempo, enquadrar e normalizar, em disputas epistêmicas, raciais e de gênero sobre quem define os termos legítimos da construção.

O projeto “Arquitetura na Periferia” e a habitação pública à distância: mediação, cuidado, e disputa epistêmica

O projeto Arquitetura na Periferia (doravante, AnP) oferece um terreno empírico particularmente fértil para observar como a habitação pública à distância se materializa no cotidiano urbano, articulando técnica, gênero, mediação institucional e autoconstrução. Situado em um entre-lugar — entre universidade, sociedade civil organizada, arranjos de financiamento por editais e parcerias e os próprios territórios populares — o AnP não pode ser compreendido nem como mera extensão universitária, nem como política pública clássica, nem tampouco como iniciativa comunitária autônoma. Sua relevância analítica decorre precisamente dessa posição intermediária, na qual a ausência material do Estado é parcialmente compensada por práticas de assessoria técnica e ativismo arquitetônico, sem que isso elimine as contradições estruturais do regime habitacional contemporâneo.

A entrevista com Mariana Borel, Gerente de Estratégias Institucionais do projeto, permite delimitar com maior precisão essa condição híbrida. Ao definir o AnP como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e, simultaneamente, como um coletivo de mulheres mobilizado em prol do fortalecimento de outras mulheres a partir da moradia, Borel descreve uma identidade institucional que combina autonomia organizacional e capacidade de articulação com Estado, empresas, fundações e editais, preservando, contudo, uma gramática interna de pertencimento, ação coletiva e cuidado. Essa autoapresentação sugere que o projeto busca sustentar uma dupla fidelidade: por um lado, responde às exigências formais de institucionalidade, gestão e prestação de contas; por outro, preserva uma forma de atuação relacional, sensível às experiências das mulheres e orientada por práticas de escuta e horizontalização.

Lida à luz da literatura sobre governamentalidade e reformas gerenciais do Estado influenciada por Foucault, essa posição pode ser interpretada como característica de um regime em que políticas sociais e urbanas se efetivam por meio de arranjos híbridos e instrumentos indiretos. Parcerias, convênios, chamadas públicas, relatórios, métricas e protocolos passam a constituir o tecido cotidiano da ação pública, deslocando o Estado do lugar de executor direto para o de instância que coordena, normatiza e legitima. O que se observa, portanto, não é a simples ausência

do Estado, mas a sua presença rearticulada, exercida à distância, como enquadramento institucional da ação de terceiros. É nesse pano de fundo que o conceito de habitação social à distância ganha densidade analítica, ao permitir compreender como a provisão da moradia se desloca para os sujeitos e seus territórios, enquanto o Estado permanece como instância de ordenamento, ainda que rarefeito na materialidade da construção.

A contribuição de Brito do Nascimento é particularmente relevante para aprofundar essa leitura (2022). Ao analisar a história da habitação pública modernista no Brasil, a autora demonstra que a moradia popular foi produzida não apenas como solução técnica, mas como dispositivo de organização da vida doméstica. A noção de domesticidade, em sua obra, não remete a um espaço privado neutro, mas a uma tecnologia de governo que atua de forma indireta, regulando usos, comportamentos, expectativas morais e formas de vida sem que o Estado precise assumir diretamente a provisão material da habitação. A casa opera, assim, como espaço privilegiado de estabilização social, cuidado e responsabilização familiar, deslocando para o interior do domicílio a gestão cotidiana da precariedade. Essa chave interpretativa permite compreender a habitação pública à distância também como governo da domesticidade, no qual a moradia, especialmente quando produzida por mulheres, torna-se eixo central de sustentação da vida urbana em contextos de retração estatal.

Essa moldura é decisiva para interpretar o modo como projetos de assessoria técnica e ativismo arquitetônico são recebidos e legitimados. O léxico do cuidado, da ajuda, da capacitação e da autonomia pode, em determinados contextos, aproximar-se de uma política do consenso, reconhecendo vulnerabilidades sem necessariamente confrontar as estruturas que as produzem. Isso não desqualifica a prática, mas explicita um risco analítico: o de que a mediação seja percebida como substitutiva da política pública, ou que a invenção cotidiana das mulheres seja lida como compensação suficiente para a ausência estatal. A entrevista com Borel oferece elementos importantes para evitar essa leitura simplificadora, ao revelar como o AnP opera simultaneamente com a linguagem do território e com a linguagem da institucionalidade, reconhecendo as tensões inerentes a esse posicionamento.

No plano metodológico, a entrevista destaca escolhas que devem ser tratadas como dimensões substantivas da prática. A opção por equipes exclusivamente femininas e por dinâmicas coletivas responde a um contexto marcado por violências simbólicas e materiais associadas ao patriarcado e à deslegitimação histórica das mulheres como sujeitas do saber técnico. A insistência na escuta empática e em trocas horizontalizadas busca criar um ambiente percebido como seguro para a expressão, a aprendizagem e a experimentação, enquanto o investimento em formas de tradução do conhecimento técnico permite tornar o processo projetual inteligível e apropriável por não especialistas. A técnica, nesse enquadramento, deixa de operar como instância externa de autoridade e passa a funcionar como linguagem relacional, compartilhada e negociada no próprio processo.

Os efeitos dessa mediação tornam-se visíveis quando Borel relata que, ao simplificar o conhecimento técnico e apresentá-lo de forma acessível, as mulheres percebem que o projeto arquitetônico não constitui um campo fechado e que elas próprias já detêm parte desse saber de maneira prática e intuitiva. O rápido ganho de habilidades espaciais, com mulheres desenhando plantas, discutindo soluções construtivas, e tomando decisões projetuais com crescente articulação, sugere que o processo envolve não apenas capacitação técnica, mas redistribuição do poder de imaginar, decidir, e justificar escolhas sobre o espaço doméstico. Trata-se de um deslocamento epistêmico relevante, no qual a autoridade do saber arquitetônico é parcialmente reconfigurada.

Ao mesmo tempo, a entrevista evidencia a plasticidade metodológica do projeto, com ajustes constantes a partir da experiência de campo, alterações em materiais didáticos, expressões, formatos de atuação e a criação de novos braços, como bioconstrução, capacitação em obras e cuidados psicossociais. Essa dinâmica pode ser lida como sinal de uma poética relacional prática

e responsiva, mas também eventualmente como indício das condições que marcam a política habitacional sob o Estado gestor. A necessidade recorrente de adaptar formatos, enxugar etapas e viabilizar ações por ciclos remete a um cenário de escassez, intermitência e ausência de garantias estáveis de provisão pública.

É nesse ponto que o AnP pode ser compreendido como interface da habitação pública à distância. O projeto viabiliza, qualifica e acelera processos de construção e reforma em contextos nos quais a moradia é produzida sob delegação estrutural. A autoconstrução aparece menos como escolha e mais como condição, atravessada por restrições de tempo, renda, acesso a materiais e gestão de riscos. Mesmo quando produz autonomia concreta, essa autonomia se constrói no interior de um regime em que a responsabilidade última pela execução recai sobre as próprias moradoras. O fortalecimento relatado na entrevista deve, portanto, ser lido em regime de ambivalência, como potência real produzida em um cenário no qual o Estado raramente assume a moradia como provisão direta universal.

A forma como o projeto lida com diferenças internas também é analiticamente relevante. A composição de equipes diversas, a incorporação de mulheres dos próprios territórios como agentes e mobilizadoras e a realização de espaços regulares de reflexão coletiva indicam um esforço consistente de redução de distâncias simbólicas e operacionais típicas do trabalho técnico em territórios populares. Ainda assim, uma leitura crítica exige manter a modalização, reconhecendo que mediações técnicas continuam operando em campos historicamente racializados e hierarquizados. As assimetrias não desaparecem por intenção; elas reaparecem nos próprios dispositivos de linguagem, validação e autoria, tornando-se objeto de negociação permanente.

É nesse terreno que a questão da mestiçagem retorna com força analítica. Se a mestiçagem operou historicamente como ideologia da conciliação, convertendo antagonismos sociais e raciais em narrativa de harmonia cultural, ela tende a produzir um regime de legibilidade no qual conflitos são suavizados e desigualdades se tornam paisagem administrável. No campo do ativismo arquitetônico, esse pano de fundo pode aparecer como expectativa de integração espontânea entre técnica e território, quando, na prática, essa relação é atravessada por assimetrias de classe, raça e gênero. Reconhecer essa moldura não implica negar a potência do cuidado e da escuta, mas preservar a densidade política da experiência, impedindo que ela seja absorvida pelo mito conciliatório que historicamente neutralizou o conflito no espaço urbano brasileiro.

O AnP ilumina, assim, o regime da habitação pública à distância como experiência vivida e disputada. A casa produzida nesse contexto é simultaneamente abrigo, documento, e enunciação política. Ela materializa a ausência do Estado, mas também a capacidade das mulheres de responder a essa ausência por meio de saberes situados, relações de cuidado, e práticas coletivas. Ao construir, projetar, e decidir, essas mulheres reconfiguram sua posição frente à técnica, ao território e ao próprio Estado, produzindo deslocamentos que não eliminam as contradições estruturais, mas as tornam visíveis e politicamente significativas.

Conclusão: Assimilação ou Transformação Mútua e Consensual?

Este artigo procurou oferecer uma leitura crítica e teoricamente informada das transformações contemporâneas na política habitacional brasileira, propondo o conceito de habitação pública à distância como chave para interpretar um regime no qual o Estado permanece presente como instância normativa, administrativa, financeira, e discursiva, mas reduz sua presença material como agente construtor direto. Em vez de compreender o déficit habitacional e a autoconstrução apenas como efeitos de um “vazio de Estado”, o argumento deslocou o foco para um Estado que governa por mediações: regula, enquadra e legitima processos que não executa, redistribuindo responsabilidades e riscos para sujeitos e coletivos localizados nos territórios populares. A distância, nessa acepção, é menos geográfica e mais política: traduz a capacidade de coordenar a produção do urbano sem coincidir com a materialidade da obra.

Ao recuperar brevemente a literatura crítica sobre autoconstrução sob condições de informalidade, o texto procurou recordar que a autoconstrução é um campo de disputa sobre cidadania, técnica, e direito à cidade. Essa ambivalência ganha densidade adicional no Brasil, marcado pela persistência histórica de desigualdades racializadas e de gênero, e por narrativas de conciliação associadas à mestiçagem. O texto sustentou que a mestiçagem, quando mobilizada como discurso nacional, tenta que a segregação territorial e a precariedade habitacional se tornem culturalmente naturalizadas. Introduzir o “jardim crioulo” de Glissant como princípio analítico — isto é, desconfiar da leitura assimilatória do urbano híbrido — foi, portanto, condição para compreender o modo como práticas populares de construção e iniciativas de ativismo arquitetônico se tornam horizontes de transformação mútua consensual.

É nesse horizonte que a análise do AnP foi mobilizada, não como celebração, mas como espaço-tempo social que torna observáveis linhas de fuga do regime contemporâneo. A entrevista com Mariana Borel sugere que o AnP se percebe institucionalmente como Organização da Sociedade Civil, mas opera, no cotidiano, como coletivo de mulheres orientado ao fortalecimento de outras mulheres pela moradia. A metodologia descrita — equipes exclusivamente femininas, trabalho coletivo, escuta empática, tentativa de horizontalização das trocas e tradução do vocabulário técnico — indica que o projeto busca deslocar a técnica do lugar de autoridade externa para o lugar de linguagem compartilhada, tornando o desenho e a decisão espacial mais acessíveis e apropriáveis pelas participantes. O ganho de habilidades espaciais relatado, com mulheres desenhando plantas e discutindo soluções de projeto, sugere que a produção material da casa está associada a redistribuições parciais do poder de imaginar, decidir e narrar o espaço doméstico.

Ao mesmo tempo, o próprio fato de esse tipo de iniciativa ser necessário — e de, em muitos contextos, depender de editais, parcerias e arranjos institucionais intermitentes — reforça uma hipótese do texto: a autonomia construída no cotidiano tende a emergir no interior de uma estrutura de delegação, em que a execução e o risco recaem sobre as próprias moradoras. Nesse ponto, o ativismo arquitetônico aparece como interface ambivalente do Estado gestor: pode ampliar capacidades e produzir efeitos emancipatórios reais, mas também pode contribuir para tornar suportável a ausência estatal, caso seja lido como substituto da política pública. O argumento, por isso, evitou leituras taxativas e procurou manter um registro modal: trata-se de reconhecer tendências e riscos sem transformar a análise em julgamento moral da prática.

O artigo conclui, assim, que a habitação pública à distância deve ser compreendida como morfologia contemporânea do governo urbano globalmente: um arranjo em que a cidade é produzida por sujeitos situados, mediadores técnicos, e redes institucionais, sob a normatização e legitimação de um Estado que governa por instrumentos e discursos mais do que por obras diretas. Nesse regime, a casa autoconstruída não é apenas abrigo; ela é documento material da distância, índice de delegação e, simultaneamente, espaço de invenção política e existencial. A contribuição do texto está em propor uma chave capaz de articular esses planos — governo, desigualdade, técnica, e experiência — sem dissolver suas tensões, recolocando no centro da análise aquilo que as narrativas conciliatórias frequentemente ocultam: que o habitar é sempre, também, disputa por reconhecimento, por direitos e por formas legítimas de produzir a cidade.

Referências

ALVES, Jaime Amparo. **The anti-black city: police terror and Black urban life in Brazil**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

BHANDAR, Brenna. **Colonial lives of property: law, land, and raciais regimes of ownership**. Durham: Duke University Press, 2018.

BERMAN, Marshall. **All that is solid melts into air: the experience of modernity**. New York: Penguin, 1982.



BONDUKI, Nabil. Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo. In: VALLADARES, Lícia (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp. 135–168.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 127, pp. 711–733, 1984.

BORGES, Clarianne Braga; GONÇALVES, Raquel Garcia. O desmonte das políticas habitacionais por um governo reacionário. In: **II Colóquio Internacional Sociedade, Espaço e Política – II SOPAPO, 2023, Recife. Anais [...]**. Recife: FB da Silva Livros, 2024.

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000..

CASTELA, Tiago. Imperial garden: planning practices and the utopia of luso-tropicalism in Portugal/Mozambique, 1945–1975. **Traditional Dwellings and Settlements Working Paper Series**, v. 238, pp. 75–98, 2010.

CASTELA, Tiago. **A liberal space: a history of the illegalized working-class extensions of Lisbon**. 2011. Tese (Doutorado) — University of California, Berkeley, Berkeley, 2011.

CASTELA, Tiago. Cidadania proprietária e emergência da financeirização da habitação em Portugal após 1968. In: SANTOS, Ana Cordeiro (org.). **A nova questão da habitação: uma abordagem de economia política**. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2019. pp. 259–274.

DE SOTO, Hernando. **The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else**. New York: Basic Books, 2000.

GLISSANT, Édouard. **Poetics of relation**. Translation by Betsy Wing. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

HAYDEN, Dolores. **The power of place: urban landscapes as public history**. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

HENDERSON, Louis. Compost in the *Jardin Créole*: the archive as a multispecies assemblage. In: FARIA, Nuno; CÉSAR, Filipa; HERING, Tobias. **The struggle is not over yet: an archive in relation**. Berlin: Archive Books, 2017. pp. 37–45.

HERNÁNDEZ, Felipe. **Beyond modernist masters: contemporary architecture in Latin America**. Basel: Birkhäuser, 2010.

HOLSTON, James. **The modernist city: an anthropological critique of Brasília**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

HOLSTON, James. **Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

HOOKS, Bell. **Black looks: race and representation**. Boston: South End Press, 1992.

KWAK, Nancy. **A world of homeowners: American power and the politics of housing aid**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 121–192.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MCFARLANE, Colin. **Learning the city: knowledge and translocal assemblage**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.



MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, pp. 32-50, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular, Rio de Janeiro (1946–1960)**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2007.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Cotidiano conjunto: domesticidade e patrimonialização da habitação social moderna**. São Paulo: Edusp, 2022.

PERLMAN, Janice. **The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro**. Berkeley: University of California Press, 1976.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. Political power beyond the state: problematics of government. **The British Journal of Sociology**, [s.l.], v. 43, n. 2, pp. 173–205, 1992.

ROY, Ananya. The Gentlemen's City: urban informality in the Calcutta of New Communism. In: ROY, Ananya; ALSAYYAD, Nezar (org.). **Urban informality: transnational perspectives from the Middle East, Latin America and South Asia**. Lanham: Lexington Books, 2004. pp. 147-170.

TURNER, John F. C. **Housing by people: towards autonomy in building environments**. London: Marion Boyars, 1976.

VALENÇA, Márcio. The closure of the Brazilian housing bank and beyond. **Urban Studies**, [s.l.], v. 36, n. 10, p. 1747–1768, 1999.

WEISMAN, Leslie Kanes. **Discrimination by design: a feminist critique of the man-made environment**. Urbana: University of Illinois Press, 2000.

ONG, Aihwa; ZHANG, Li. Introduction: Privatizing China. In: ZHANG, Li; ONG, Aihwa (org.). **Privatizing China: socialism from afar**. Ithaca: Cornell University Press, 2008.